

LINHA DE PESQUISA 2 – MESTRADO – RESULTADO PROVISÓRIO

	TÍTULO DO PROJETO	PROF. JOÃO	PROF. DENISE	PROF. ANA MARIA	NOTA 1a ETAPA
1	FUNÇÕES DA CIDADE, SUSTENTABILIDADE E COMPENSAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS ATERROS DA PRAIA DE IRACEMA E BEIRA MAR DE FORTALEZA	8,5	8,5	8,5	8,5
2	A proteção internacional ao meio ambiente e a atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos: o caminho até a OC-23/17 e suas consequências	7	8	9,5	8,166666667
3	A Economia Comportamental e a Tributação Ambiental como instrumentos para a promoção de um desenvolvimento sustentável	7	8	8,5	7,833333333
4	A LIBERDADE RELIGIOSA NAS DECISÕES DA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS E A PROTEÇÃO DAS MINORIAS CULTURAIS: UMA ANÁLISE DO CASO S.A.S. VS. FRANÇA	7,5	7	8,8	7,766666667
5	EFEITOS DAS DIFUSÕES DA INTERPOL NA INTEGRAÇÃO REGIONAL E O PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA	6,5	7,5	8,5	7,5
6	A TRIBUTAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS E OS INCENTIVOS FISCAIS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA À LUZ DO DIREITO COMPARADO.	7	7	8	7,333333333

7	O TRATAMENTO DO LIXO ESPACIAL PARA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E A RESPONSABILIZAÇÃO INTERNACIONAL DOS ESTADOS SOBERANOS SOBRE OS DANOS ORIUNDOS DE DETRITOS	6,5	7	8,5	7,333333333
8	A Publicização do Passivo Ambiental Relativo ao Solo: Mecanismo de Defesa dos Interesses Individuais e Coletivos em Transações Imobiliárias	6	7	9	7,333
9	O IUS CONSTITUTIONALE COMMUNE DOS DIREITOS HUMANOS E O CONSTITUCIONALISMO MULTINÍVEL: desafios ao desenvolvimento da América Latina	6,5	7	8	7,166666667
10	A ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS PARA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE DIREITO AMBIENTAL	6	7	8	7
11	A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA BUSCA PELA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO	7	7	7	7

12	O CRIME DE DESAPARECIMENTO FORÇADO NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO BRASILEIRO	6,5	7	7,5	7
13	POLUIÇÃO POR ÁGUA DE LASTRO NO PORTO DO MUCURIBE (CE): uma análise da efetividade de dispositivos jurídicos como respostas sustentáveis	6	7	8	7
14	AÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTO DE ANULAÇÃO DE DENÚNCIA DE TRATADO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E A INCORPORAÇÃO NO BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE	6,5	7	7	6,833333333
15	A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO INSTRUMENTO DE AUXÍLIO NA PREVENÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS E APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS	6	6	8	6,666666667
16	O MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO, DIREITO À MORADIA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO: A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO DOS TERRENOS DE MARINHA DA CIDADE DE FORTALEZA PARA SUSTENTABILIDADE DO OCEANO ATLÂNTICO	6	7	7	6,666666667

17	O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA EFETIVAÇÃO DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE A PARTIR DA INFLUÊNCIA DOS NOVOS PARADIGMAS DA ÉTICA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO TEMA NO ÂMBITO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E STF	6	7	7	6,666666667
18	POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSECCIONAIS, ACÚMULO DE VULNERABILIDADES E TUTELA DA SAÚDE DA MULHER INDÍGENA: ANÁLISE CONCRETA DA SITUAÇÃO DO POVO INDÍGENA TABAJARA DO CEARÁ	6	6	8	6,666666667
19	PROPOSTA LEGISLATIVA PARA REGULAMENTAÇÃO DO REUSO DE ÁGUA PARA FINS AGRÍCOLAS NO BRASIL	6,5	6,5	7	6,666666667
20	RESSIGNIFICANDO A NAÇÃO: O Modelo de Estado Plurinacional da Bolívia como Mecanismo de Efetivação dos Direitos Humanos e sua Aplicabilidade no Direito Brasileiro	6	6	8	6,666666667
21	SAÚDE ÚNICA COMO FORMA DE GARANTIR A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE: O CONTROLE DE NATALIDADE DE CÃES E GATOS ABANDONADOS	6	6,5	7,5	6,666666667

22	ESTRATÉGIAS DE EXPANSÃO DAS FINALIDADES AMBIENTAIS DOS TRIBUTOS À LUZ DAS PECULIARIDADES DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO	6	7	6,5	6,5
23	RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL: fiscalização da segurança de barragens no município de Paragominas-PA pós Lei Federal no 14.066/2020	6	6,5	7	6,5
24	A EXTRAFISCALIDADE TRIBUTÁRIA COMO UM MECANISMO PARA O DIRECIONAMENTO DO COMPORTAMENTO DE CONSUMO: CONDUTAS MAIS ECOLÓGICAS NO USO DAS SACOLAS PLÁSTICAS?	6,5	6,5	6	6,333333333
25	DA SUSTENTABILIDADE ENQUANTO PARÂMETRO NORTEADOR DA ORDENAÇÃO URBANA - A EFETIVIDADE DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS NA PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	6	6	7	6,333333333
26	O CONFLITO ENTRE A SOBERANIA ESTATAL NA CF/88 E A PROTEÇÃO INTERNACIONAL AOS DIREITOS HUMANOS: CASO GUERRILHA DO ARAGUAIA E A LEI DE ANISTIA.	6	6,5	6,5	6,333333333

27	O CRESCIMENTO ECONÔMICO E A (IN)EFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DO DECRESCIMENTO ECONÔMICO	6	6	7	6,333333333
28	A Extrafiscalidade dos Tributos Municipais e Estaduais no fomento à Urbanização Sustentável no planejamento participativo de ocupação e transformação do solo urbano	6	6	6,5	6,166666667
29	A MERCANTILIZAÇÃO DA ÁGUA EM MEIO A GLOBALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA: DESAFIOS DA REALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS	6,5	6,5	5,5	6,166666667
30	A ADOÇÃO DO IPTU ECOLÓGICO COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA SOLAR NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE.	6	6	6	6
31	A ATUAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE CONTRA A POLUIÇÃO DOS OCEANOS POR PLÁSTICO NA PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE MARINHA.	6	6	6	6

32	<p>CRISE MIGRATÓRIA E INTEGRAÇÃO EUROPEIA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS IMPOSTOS PELA MIGRAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO DIREITO EUROPEU DA INTEGRAÇÃO, FRENTE À DIFICULDADE DE CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA MIGRATÓRIA EUROPEIA UNIFICADA</p>	6	6	6	6
33	<p>O DIREITO DO MAR E A APLICABILIDADE DAS NORMAS TRABALHISTAS DA “GENTE DO MAR” NO ÂMBITO DA JURISDIÇÃO DAS EMBARCAÇÕES MARÍTIMAS</p>	6	6	6	6
34	<p>O ICMS ECOLÓGICO COMO INSTRUMENTO PARA O ATINGIMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.</p>	6	6	6	6
35	<p>A (IN)EFETIVIDADE DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE E AS NORMAS CONSTITUCIONAIS E INCONVENCIONAIS SOB A ÓTICA DA SUPREMACIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA</p>	5	5	5	5
36	<p>A AMEAÇA DO AGROTERRORISMO PARA O BRASIL</p>	5	5	5	5

37	A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS MEDIANTE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL: A BUSCA PELA CONCRETIZAÇÃO DE UM (NOVO) MODELO DE ESTADO DE DIREITO (ESTADO CONSTITUCIONAL ECOLÓGICO).	5	5	5	5
38	A EMPRESA TRANSNACIONAL COMO INSTRUMENTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA	5	5	5	5
39	A ENERGIA EÓLICA NO NORDESTE BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO AMBIENTAL: ANÁLISE COMPARADA NA AMÉRICA LATINA	5	5	5	5
40	A EXTENSÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS HUMANOS AOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.	5	5		5
41	A HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA EM MATÉRIA CRIMINAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE COM FOCO NA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL ENTRE BRASIL E ITÁLIA	5	5	5	5
42	A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO DOS ESTADOS FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19	5	5	5	5

43	A PARTICIPAÇÃO POPULAR NORMATIZADA NOS ATOS DE LIBERAÇÃO DO REGISTRO DE AGROTÓXICOS COMO GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE E AO MEIO AMBIENTE	5	5	5	5
44	A PROTEÇÃO JURÍDICA DA PAISAGEM NO MEIO AMBIENTE URBANO: O DIREITO À BELEZA E O CONTROLE DA ESTÉTICA DAS EDIFICAÇÕES	5	5	5	5
45	A Tributação ambiental como instrumento de desenvolvimento socioambiental no âmbito da utilização da energia solar no Estado do Ceará	5	5	5	5
46	A TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E CONFORMAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	5	5	5	5
47	A TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL DIRECIONADA PARA INIBIR O DESPERDÍCIO E OS RESÍDUOS DE ALIMENTOS: sustentabilidade da produção à venda.	5	5	5	5
48	A Tributação Ambiental e a Sustentabilidade: Estratégias fiscais para o Ecodesenvolvimento	5	5	5	5
49	DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS DIREITOS DA NATUREZA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2019- 2022	5	5	5	5

50	DIMENSÃO SUPRANACIONAL DO MEIO AMBIENTE: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL AMBIENTAL E REDIMENSIONAMENTO DO CONCEITO DE SOBERANIA NACIONAL.	5	5	5	5
51	DIREITO AMBIENTAL APLICADO AOS CONTRATOS COMERCIAIS NO BRASIL: A UTILIZAÇÃO DA CLÁUSULA AMBIENTAL NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS PRIVADAS.	5	5	5	5
52	DO DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO SUSTENTÁVEL	5	5	5	5
53	ECOCAPITALISMO: DOS CRÉDITOS DE CARBONO À POLUIÇÃO MARINHA	5	5	5	5
54	JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL: REFLEXOS JURÍDICOS E POLÍTICOS DE UMA TRANSIÇÃO INCOMPLETA	5	5	5	5
55	LICENCIAMENTO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA ESTADUAL EM COMPARAÇÃO COM OS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL NO CEARÁ E NA PARAÍBA.	5	5	5	5
56	O ACORDO DE COOPERAÇÃO BI-REGIONAL COM A UNIÃO EUROPEIA E A NECESSIDADE DO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MERCOSUL	5	5	5	5

57	O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA SOCIEDADE DE RISCO E A (IN)EFICÁCIA DAS NORMAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	5	5	5	5
58	O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO CLUSTER RIGHT SOB A ÓTICA DOS DIREITOS SOCIAIS	5	5	5	5
59	QUEIMADAS EM NÍVEL RECORDE NA AMAZÔNIA EM 2020: UMA ANÁLISE DA LEI 12.651/12 E A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.	5	5	5	5
60	REGENERAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO CEARÁ: UM OLHAR A PARTIR DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS	5	5	5	5
61	REPERCUSSÕES DO IPTU VERDE EM FORTALEZA: UMA ANÁLISE À LUZ DOS PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS E AMBIENTAIS	5	5	5	5
62	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL ENTRE GERAÇÕES: OS MECANISMOS CONSTITUCIONAIS E A COLETIVIDADE NA GERÊNCIA SUSTENTÁVEL DO MEIO AMBIENTE	5	5	5	5

63	TRIBUTAÇÃO E O MEIO AMBIENTE: UMA NOVA PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL FRENTE A ENERGIA SOLAR À LUZ DAS EMPRESAS DO SETOR PRIVADO NO ESTADO DO CEARÁ	5	5	5	5
64	TRIBUTAÇÃO, ENERGIA SOLAR E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE: ANÁLISE DA EXTRAFISCALIDADE COMO ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	5	5	5	5
65	VEDAÇÃO À SUBMISSÃO DE ANIMAIS À CRUELDADE SOB A ÉDIGE DO DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO: ESTUDO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL 96/2017	5	5	5	5
66	O DEVER FUNDAMENTAL DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE JURÍDICA ACERCA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E SUAS RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO	4,5	5	5	4,833333333
67	EXTRAFISCALIDADE E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE DO TRIBUTO COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.	5	4	5	4,666666667

68	A INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL NAS ILEGALIDADES DAS CONSTRUÇÕES EM DUNAS MIGRATÓRIAS	4	4	5	4,333333333
69	O COMPORTAMENTO DECISÓRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL PELA POLUIÇÃO MARINHA POR PARTÍCULAS DE PLÁSTICO	Eliminado	Eliminado	Eliminado	Eliminado
70	O PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE NO ÂMBITO DOS ESPORTES AQUÁTICOS NO MAR TERRITORIAL	Eliminado	Eliminado	Eliminado	Eliminado
71	O REGISTRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL COMO MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS CULTURAIS: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE OS PAÍSES DO CONE SUL	Eliminado	Eliminado	Eliminado	Eliminado

LINHA DE PESQUISA 2 – DOUTORADO – RESULTADO PROVISÓRIO

	TÍTULO DO PROJETO	PROF. JOÃO	PROF. DENISE	PROF. ANA MARIA	NOTA 1a ETAPA
1	A GOVERNANÇA DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM FORTALEZA SOB A ANÁLISE DE REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DO ESTADO DE DIREITO ECOLÓGICO	7	8	9	8
2	O PLANEJAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO NA MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UMA ANÁLISE SOBRE FORTALEZA	8	7,5	8	7,8333333333
3	DO LOCAL PARA O GLOBAL: RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL COMO FERRAMENTA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	8	7	6,5	7,1666666667
4	BIOECONOMIA APLICADA À PRODUÇÃO ALIMENTAR BRASILEIRA SOB O COTEJO DOS INDEXADORES AMBIENTAIS DA AGENDA 2030	5	7	8	6,6666666667
5	A SUSTENTABILIDADE DOS BENS DE USO COMUM NOS MARES E OCEANOS: O SISTEMA POLICÊNTRICO DE GOVERNANÇA	6,5	6	7	6,5
6	TERRORISMO INTERNACIONAL: COMBATE POR MEIO DA PERSECUÇÃO DA POLÍTICA PENAL INTERNACIONAL	5	6	8	6,3333333333
7	DIREITOS HUMANOS E EMPRESAS: CONSTRUÇÃO DE UMA RACIONALIDADE JURÍDICA TRANSNACIONAL CAPAZ DE RESPONSABILIZAR AS EMPRESAS POR VIOLAÇÕES A DIREITOS HUMANOS E AMBIENTAIS	6,5	6	6	6,1666666667

8	A PARTILHA DE BENEFÍCIOS ORIUNDOS DOS RECURSOS GENÉTICOS MARINHOS E O NOVO INSTRUMENTO INTERNACIONAL LEGALMENTE VINCULATIVO SOB A UNCLOS: BRASIL COMO PLAYER NA GOVERNANÇA DA BIODIVERSIDADE DOS OCEANOS?	6,5	6,5	5	6
9	DEFENSORIA PÚBLICA X BRASIL: POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA SOB A ÉGIDE DO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	5	5	5	5
10	Direito de ingerência como instrumento de proteção do direito humano e fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: o caso da Amazônia brasileira.	5	5	5	5
11	O AFETO COMO ELEMENTO GERADOR DE EXCLUSÃO ENTRE ESPÉCIES	5	5	5	5
12	O DEVER FUNDAMENTAL DE CUSTEAR O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL: A TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL E O TRATAMENTO ORÇAMENTÁRIO DAS DESPESAS PARA O FINANCIAMENTO DO ESTADO DE DIREITO AMBIENTAL	5	5	5	5
13	O DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO EQUILIBRADO NO TRABALHO TERCEIRIZADO: ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O TRATAMENTO JURÍDICO DESIGUAL E A BUSCA PELA ISONOMIA	5	5	5	5

14	PANORAMA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ: UMA PERSPECTIVA JURÍDICA E CULTURAL SOB A ÓTICA DA ORDEM ECONÔMICA	5	5	5	5
15	HARMONIZAÇÃO DOS PRECEDENTES NO ÂMBITO DO MERCOSUL, DESAFIOS E PERSPECTIVAS	4,5	5	5	4,833333333

LINHA DE PESQUISA 3 – DOUTORADO – RESULTADO PROVISÓRIO